

Política

Cláudio Humberto



CLÁUDIO HUMBERTO
claudiohumberto@odianet.com.br
Twitter: @colunaCH

Interferência sem punição

A acusação do ex-ministro Sérgio Moro de tentativa de intervenção na Polícia Federal e na Lava Jato soou familiar para muitos dos atuais e ex-integrantes da força-tarefa da operação. Em 2015, ainda no governo Dilma, o então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo foi acusado de tentar interferir nas investigações da PF, que àquela altura tinham apenas um ano e meio, após uma viagem de madrugada, sem registro na agenda, com dois delegados: Leandro Daiello e Maurício Valeixo.

Daiello era diretor-geral da PF e Valeixo, diretor de Combate ao Crime Organizado. O trio encontrou com o superintendente da PF no Paraná.

Em sua delação, o empreiteiro Marcelo Odebrecht disse que montou estratégia com Cardozo para melar e vaziar a Lava Jato.

Além da delação, a PF descobriu e-mail de Odebrecht que combina a estratégia via Cardozo, para esconder contas da corrupção na Suíça.

Intervenção explícita



RICARDO STUCKERT/DIVULGAÇÃO

Em 2007, a intervenção na PF foi explícita e não gerou polêmica: Lula demitiu o diretor-geral porque "queira ser informado de ações".

Gastando

As medidas de isolamento ou distanciamento social estão em pleno vapor e deputados e senadores estão em casa, participando de sessões de poucas votações só por videoconferência. Ainda assim, conseguiram torrar apenas no mês de março mais de R\$ 840 mil do contribuinte para fazer a "divulgação da atividade parlamentar", despesa que fica incluída na cota de exercício de atividade parlamentar, o cotão. A conta ainda não fechou, mas a expectativa é ainda maior para o mês de abril.

Propaganda

Deputados federais gastaram nos três primeiros meses do ano mais de R\$ 11,1 milhões apenas para fazer propaganda do próprio "trabalho".

Frase

É possível emitir moeda? Sim"

Paulo Guedes (Economia) ao cogitar, com inflação perto de zero, imprimir dinheiro para financiar custos da crise

No palanque

Após admitir candidatura a presidente, em 2022, o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta espalhou outdoors no Mato Grosso do Sul com vivas à sua passagem pelo Ministério da Saúde. Está em campanha.

Casa Alta

No Senado, a conta é de R\$ 454 mil em gastos para "divulgar a atividade parlamentar" dos senadores, que estão sob quarentena.

Total cotão

No total, o "cotão parlamentar" já custou ao pagador de impostos mais de R\$ 40,1 milhões, entre deputados e senadores, em 2020.

'AI-5' econômico

Ao cogitar imprimir moeda para custear a luta contra o coronavírus, o ministro Paulo Guedes (Economia) flertou com o perigo. Ele estipulou condições bem específicas para que isso ocorra como inflação perto de zero e colapso dos juros, mas isso não importa para críticos do governo.

Ameaça é vírus

Alegando "ameaça à democracia", o PSB foi ao STF contra a MP 954, que obriga telefônicas a informar a clientela ao IBGE, no combate ao coronavírus. A MP limita o uso dos dados à atual calamidade na saúde.

CORONAVÍRUS PEC do Orçamento de Guerra libera União para gastar sem as amarras da LDO

Malabarismo fiscal na guerra do vírus

RENATA MONTEIRO

rmonteiro@jc.com.br

Importante instrumento fiscal no combate ao coronavírus no Brasil, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2020, conhecida como Orçamento de Guerra, deve ser aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (4), conforme garantiu o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM), na semana passada. O texto, em discussão no Congresso Nacional desde o início de abril, sofreu várias modificações e ainda precisa responder questões fundamentais para quem não está acostumado a se aprofundar nos gastos do governo: como esse novo orçamento vai funcionar e que consequências a implantação do regime excepcional pode trazer para a economia do País?

Articulado por Maia, o Orçamento de Guerra pretende, basicamente, separar os gastos do governo para enfrentamento à pandemia do Orçamento Geral da União, além de possibilitar processos mais rápidos para compras, obras e contratação de pessoal, por exemplo. Com isso, quando a PEC for promulgada, as despesas do governo federal com o coronavírus desde 20 de março até 31 de dezembro não estarão mais vinculadas aos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nem ao teto dos gastos públicos, que limita o crescimento das despesas federais à inflação do ano anterior.

Ao redor do mundo, outros países também adotaram regimes fiscais excepcionais por conta do coronavírus. Nos Estados Unidos, cerca de 2 trilhões de dólares foram anunciados para conter os impactos da enfermidade na economia. Na Alemanha, as intervenções chegam a 30% do PIB do País. No Brasil, segundo dados da ferramenta *monitoramento dos gastos da União com combate à covid-19*, do Tesouro Nacional, até a última quinta-feira (30), já haviam sido gastos R\$ 59,9 bilhões em ações de combate à doença. Ao todo, a União tem R\$ 253 bilhões em créditos extraordinários já aprovados para utilizar com essa mesma finalidade.

O texto da PEC aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados sofreu algumas modificações no Senado e, por isso, retornou à Casa Baixa no dia 17 de abril para nova apreciação dos parlamentares. Entre os pontos alterados pelos senadores, está a queda de um Comitê de Gestão de Crise, que além do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e seus ministros, contaria com secretários de Saúde, Fazenda e assistência social de Estados e municípios, que não teriam direito a voto, mas poderiam ajudar o governo central a definir como os recursos poderiam ser empregados.

"(Com a exclusão do comitê) Quem passa a assumir a função de fiscal dos recursos é o próprio Congresso Nacional, e quem executa os recursos é o governo federal. O presidente da República e os seus ministros decidirão quais gastos vão ser realizados e qual será a distribuição desses recursos para os Estados e para os mais de 5 mil municípios do País. Então, de uma certa forma, a proposta vai na linha oposta do que o Paulo Guedes vinha falando antes dessa pandemia, que era 'mais Bra-



NAJARA ARAUJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

TRAMITAÇÃO Em sessão virtual, plenário da Câmara deve votar os dois turnos da proposta na segunda

● O dinheiro da União contra o coronavírus

Créditos extraordinários aprovados: **R\$ 253 bilhões**

Valores efetivamente pagos: **R\$ 59,9 bilhões**

Principais gastos do governo federal com a covid-19 até 30 de abril

	PREVISÃO DE GASTO	DESPESAS PAGAS
Auxílio Emergencial (Lei 13892/2020)	R\$ 123,92 bilhões	R\$ 35,55 bilhões
Ampliação do Programa Bolsa Família	R\$ 3,04 bilhões	R\$ 110 milhões
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	R\$ 51,64 bilhões	X
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	R\$ 16 bilhões	R\$ 1,03 bilhão
Concessão de financiamento para pagamento de folha salarial	R\$ 34 bilhões	R\$ 17 bilhões
Transferência para a conta de Desenvolvimento Energético	R\$ 90 milhões	R\$ 40 milhões
Despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios	R\$ 23 bilhões	R\$ 5,75 bilhões

Fonte: Tesouro Nacional

Outros países também adotaram regimes fiscais excepcionais por conta da covid-19

sil e menos Brasília'. A proposta que saiu do Senado diz: "Nós queremos mais Brasília", pontua Luiz Maia, professor de economia e finanças da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Com o Orçamento de Guerra em vigor, os créditos extraordinários que darão ao governo a possibilidade de investir em ações contra o coronavírus serão votados no Congresso de maneira mais célere, em até 15 dias, e compras e contratações poderão ser feitas de maneira simplificada. Essas medidas, porém, não garantem ao governo menor transparência nas transações. Caso seja identificado algum indicio de irregularidade em uma dessas ações, a proposta diz que o caso deverá ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

BANCO CENTRAL

Luiz Maia diz, contudo, que o fim do Comitê de Gestão de Crise não é o ponto mais polêmico da PEC. Para o docente, a autorização para que o Banco Central compre e venda títulos privados nos mercados secundários é o ponto nevrálgico do texto. "Vamos supor que eu sou o banco Itaú e emprestei dinheiro para

uma empresa, mas ela está me pedindo prazos maiores para pagar. Eu continuo reconhecendo que essa empresa é uma boa pagadora, que tem um bom histórico, mas que como ela está com dificuldades agora, aquele dinheiro que eu tinha emprestado não vai voltar no prazo que eu esperava. Nesse novo cenário, vem o Banco Central e diz para o Itaú: me dá esse título que eu compro. O BC não é exatamente um empregador, mas na hora que ele compra o título de uma empresa, ele está fazendo o papel de banco comercial, ele passa a ser o credor daquele título", detalha.

A intenção do Congresso em sugerir essa mudança é oferecer liquidez e uma maior agilidade no mercado em empréstimos para micro e pequenas empresas nesse cenário de crise. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, estima que a instituição poderá comprar até R\$ 972 bilhões em papéis de empresas privadas. Para dar mais segurança ao movimento e evitar que o BC compre dívidas de difícil recuperação, o Senado acrescentou à proposta a obrigatoriedade de o banco informar diariamente as ações de compra e venda desses títulos e enviar mensalmente ao Congresso relatórios dessas transações. Além disso, o BC só poderá negociar ativos que "tenham classificação em categoria de risco de crédito no mercado local equivalente a BB- ou superior", de acordo com a PEC.

CONSEQUÊNCIAS

Mesmo tendo a possibilidade de endividar-se mais do que havia previsto, Bolsonaro tem se mostrado preocupado com os

gastos do governo durante a pandemia da covid-19, o que tem motivado, inclusive, sua defesa pela flexibilização do isolamento social. "Do ponto de vista econômico, é possível compreender o pensamento do presidente. A gente não pode desconectar os fatores de saúde dos fatores econômicos. Se tivermos que escolher entre uma coisa e outra, logicamente vamos escolher cuidar da saúde, mas não podemos esperar as coisas voltarem ao normal para pensarmos ações para a saúde econômica do País", observa o consultor e professor de administração do Centro Universitário Tiradentes (Unit-PE), Paulo Alencar.

Na visão de Mariana Almeida, professora do Programa Avançado em Gestão Pública do Insper, é possível que o Brasil pós-coronavírus, assim como outras economias do mundo, viva momentos de retração por conta dos gastos que precisarão fazer agora, mas a pesquisadora defende que a prioridade, hoje, deve ser a vida das pessoas.

"As ações do governo brasileiro nessa pandemia foram lentas, porque a primeira preocupação é de como se sobrevive a este momento. Existe uma questão de saúde pública e de sobrevivência das pessoas durante as ações necessárias em função disso. O governo tinha que reagir e reagiu lentamente. Como a gente vai se recuperar é como a economia funcionou em outros momentos, vai ter que haver um esforço mundial de recuperação da atividade econômica. E não tem uma única fórmula, vamos ter que testar. Essa não é a primeira crise que o mundo vive, há perdas, mas eu acho que as vidas devem estar em primeiro lugar", cravou Mariana.